

CADERNOS
PROARQ 19

VINICIUS M. NETTO

A (re)conquista da cidade: *polis* e esfera pública

The (re)conquest of the city: polis and public sphere

Vinicius M. Netto Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS, 1997), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR, 1999), Doutorado em Advanced Architectural Studies (The Bartlett School of Graduate Studies, University College London, 2007), Pós-Doutorado ligado ao Projeto de Desenvolvimento em Áreas Estratégicas (PNPD/CAPES, 2009). É Professor Adjunto da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Vinicius M. Netto Graduated in Architecture and Urbanism (UFRGS, 1997), Master of Urban and Regional Planning (PROPUR, 1999), PhD in Advanced Architectural Studies (The Bartlett School of Graduate Studies, University College London, 2007), Postdoctoral studies connected to the Project of Development in Strategic Areas (PNPD / CAPES, 2009). He is currently Associate Professor in the School of Architecture and Urbanism of the Federal Fluminense University (UFF).

Resumo

Parecemos viver em tempos de um “esquecimento da política”, uma impressão compartilhada por muitos a respeito de uma diluição da esfera pública. Ao mesmo tempo, temos visto mundo afora movimentos de reapropriação do espaço urbano para a expressão política, como os Indignados da Plaza del Sol em Madrid e o Occupy Wall Street. Mas como seguir o exercício político para além da manifestação eventual? Podemos reconhecer nas nossas cidades o sentido da polis, o lugar da política do cotidiano? O presente trabalho examina as condições da projeção da esfera pública no espaço urbano. A partir de uma incursão em teorias da racionalização, apresenta uma série de hipóteses sobre a penetração de novas formas de racionalização na produção e apropriação da cidade, (i) do espaço como manifestação da esfera pública (ii) à diluição dessa esfera na racionalização do próprio espaço, bem como (iii) o aprofundamento das dicotomias entre “público” e “espaço público”, esfera técnica e poder político, produção privada e apropriação pública. Utilizando casos emblemáticos dessas tendências na cidade do Rio de Janeiro, reconhece nas novas configurações espaciais hoje predominantes a expressão das consequências negativas da racionalização operando agora na microestrutura urbana. Essas observações nos levarão à conclusão da necessidade da reversão dessas tendências – uma reconquista da cidade e de um espírito público urbano.

Palavras-chave: Polis. Esfera pública. Política do cotidiano. Comunicação. Racionalização.

Abstract

We appear to be living in times of “political indifference”, an impression shared by many about the waning of the public sphere. At the same time, we have witnessed movements worldwide to recover the urban space for purposes of political expression, such as the Indignados of Plaza del Sol, in Madrid, or Occupy Wall Street. However, how can the exercise of politics be taken beyond the realm of occasional demonstrations? Can we see in our cities the true meaning of the polis, the locus of everyday politics? This article examines the conditions for projecting the public sphere into the urban space. Through delving into theories of rationalization, a series of hypotheses will be presented regarding the penetration of new forms of rationalization in the production and appropriation of the city, (i) of space as a manifestation of the public sphere, (ii) the weakening of this sphere through the rationalization of space itself, as well as (iii) the deepening of the dichotomies between the “public” and “public space”, the technical sphere and political power, private production and public appropriation. Using representative examples of these trends in the city of Rio de Janeiro, it recognizes in the new spatial configurations, prevailing today, an expression of the negative consequences of the rationalization presently at work in urban microstructures. These observations will lead us to the conclusion that these trends must be reversed through re-conquering the city and restoring an urban public spirit.

Keywords: Polis; Public sphere; Politics of everyday life; Communication; Rationalization.

Introdução

Parecemos viver em tempos de um “esquecimento da política”, uma impressão compartilhada por muitos a respeito de uma diluição da esfera pública, o campo no qual se exprimem opiniões divergentes sobre a vida econômica, social, cultural e política (Chau): um esvaziamento do convívio social, dificultando a ação política (Augusto Novaes), que culminaria em uma banalização da ética (Leopoldo e Silva) e um enfraquecimento do próprio senso de público, manifestos, de algum modo, na forma de uma ausência – a ausência da política na experiência do cotidiano e em sua instância por excelência: o urbano.

Por outro lado, temos visto mundo afora movimentos de reapropriação do espaço urbano como local para a expressão política e pressão sobre estruturas institucionais – notavelmente, os Indignados da Plaza del Sol, em Madrid, o *Occupy Wall Street*, que se alastrou em várias capitais, a emocionante ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, e a dramática revolução egípcia –, manifestações que expressam o potencial do espaço público. David Harvey nos fala oportunamente do “poder coletivo de corpos no espaço público”, convertendo-o “em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate”, uma retomada do espaço público como espaço político. Mike Davis pede aos participantes do *Occupy* que “continuem a democratizar e ocupar produtivamente o espaço público”.¹

Mas como seguir esse exercício para além da manifestação eventual? O que dizer de uma “política do cotidiano” no sentido da *polis* – a dimensão política do espaço como lugar de comunicação constante? Nossos espaços urbanos garantem a possibilidade da expressão diária da pluralidade do mundo social? Podemos reconhecer nossas cidades como *locus* da política do cotidiano – a *cidade política*?

O presente texto pretende examinar a condição urbana da vida pública – ou, mais especificamente, as condições da projeção da chamada “esfera pública” no espaço urbano. O objetivo é entender como a cidade política pode emergir e ser exercida: a experiência urbana enquanto experiência política. Sabemos que a manifestação da esfera pública no cotidiano ocorre historicamente por meio do espaço urbano. Entretanto, uma expressão constante precisa de espaços que a sustente constantemente.

Minha análise inicia com uma impressão de que nossas cidades estão mais e mais longe desse status de efervescência da vida pública, entre outras razões, porque os espaços que estão hoje sendo produzidos parecem impactar negativamente a vida pública urbana, induzindo à diluição de sua expressão no próprio espaço. Buscarei, em seguida, as causas dessa diluição através de uma incursão em teorias da racionalização da sociedade e do espaço. Apresentarei uma série de hipóteses sobre a penetração de formas mais sutis de racionalização

1. Harvey (2012a, p. 60; 2012b); Davis (2012, p. 42).

na produção e apropriação da cidade – que expressam e avançam as tendências já reconhecidas no século XIX por teóricos como Max Weber. Trarei a ideia da “política do cotidiano” em conexão ao que Durkheim chamava anomia, a perda de valores éticos que veremos associada ao esquecimento da política no sentido original da *polis*. Baseado, finalmente, em Lefebvre, discutirei como a racionalização do espaço urbano, das práticas de planejamento e da produção do espaço em si têm tomado parte na diluição da esfera pública vista por muitos – não mais na forma do ordenamento cartesiano dos zoneamentos vistos por Lefebvre, mas de um espaço mais e mais racionalizado, agora em sua *microestrutura*. Essa análise nos levará ao questionamento sobre a capacidade de nossas cidades em oferecer as condições materiais da ação política, notavelmente a partir do seu papel em gerar encontro e densidade de comunicações no cotidiano.

Essas hipóteses nos levarão, por fim, à conclusão da necessidade de reversão desse processo – uma *reconquista da cidade* e de um espírito urbano. Contudo, veremos que tal reconquista não depende apenas de manifestações de “retorno ao espaço público”, como aponta Harvey, mas também de *condições espaciais* para um retorno e presença constantes do público no espaço público. Em outras palavras, o problema é mais profundo que o esvaziamento do espaço público: tanto seu esvaziamento quanto sua retomada não ocorrem em um vácuo. Elas dependem de condições materiais – urbanas e arquitetônicas – e, assim, argumentarei a respeito da relação entre espaços abertos e construídos, públicos e privados.

O horizonte é a reversão dos danos trazidos por processos de racionalização do espaço urbano como expressão e meio do que Habermas se refere como “modernidade dilacerada”. Analisaremos este aparente paradoxo: por um lado a impressão atual de esquecimento da política, a diluição da dimensão comunicativa de sociedades e grupos capazes de tematizar sua própria condição, presente, ao menos idealmente, no sentido original da *polis*; por outro, os sinais atuais do florescimento do espaço público das manifestações políticas.

Pretendo explorar o modo particular de *racionalização societal* que tem nos levado a cenários de autonomia nas decisões sobre o espaço urbano por parte dos atores de produção do espaço. Entenderei a crescente autonomia dessa esfera como conquistada na forma de papéis sociais e econômicos para atores especializados, *aprioristicamente* legitimados e liberados das amarras políticas e de responsabilidades sociais e urbanas mais amplas em suas decisões sobre a produção da cidade. Argumentarei que essa autonomia estrutura-se em consonância com um sistema de regras urbanas também resultantes de um processo de racionalização. Objetivo, sobretudo, descrever os modos como práticas de produção do espaço urbano que ganharam essa autonomia frente às práticas cotidianas dos demais atores sociais e frente às responsabilidades na esfera da decisão pública quanto à gerência do Estado sobre o urbano.

Argumentarei que o resultado dessa lógica é uma divisão cada vez maior entre espaço construído e aberto, entre espaço público e privado, em que o espaço privado é definido de acordo com estratégias de produção, com focos em campos mercadológicos. Novos padrões arquitetônicos têm trazido uma diluição das relações: o espaço construído-aberto, a diluição do uso e a apropriação do espaço público, além da dominância do privado sobre o público em novas áreas das cidades brasileiras e na substituição de tecidos existentes.

Explorarei, portanto: (i) o espaço como manifestação da esfera pública; (ii) a diluição dessa esfera na racionalização do espaço; (iii) e suas novas formas, no aprofundamento das dicotomias entre público e espaço público, esfera técnica e poder político, técnica e teoria, produção privada e apropriação pública, e novas configurações arquitetônicas e urbanas que se fixam hoje como predominantes e expressam, agora na microestrutura urbana, o lado negativo da racionalização social e material. Para tanto, utilizarei (iv) casos emblemáticos dessa tendência na cidade do Rio de Janeiro, como a nova fronteira urbana a oeste e sua legislação.

A política do cotidiano e a diluição da esfera pública

A política é algo que ocorre entre os indivíduos, no espaço comum da vida pública.²

Certamente temos diferentes definições de “política” como construção de consensos momentâneos, como conflitos e expressões da divisão constitutiva do social e como criação permanente de direitos. Nossa visão hoje, no entanto, retira a política do cotidiano para defini-la em uma esfera institucional própria, na qual são deliberadas e decididas as ações concernentes à coletividade: “uma esfera política e de fatos políticos que se distinguem de todas as outras esferas e fatos sociais”. Concebemos “a política a partir do Estado ou das instituições estatais, da forma dos governos, da existência de partidos políticos e da presença ou ausência de eleições”.³

Daí nossa dificuldade em retomar a ideia de política como fenômeno cotidiano das relações sociais, espaços de exposição constante das diferenças, conflitos – uma política do cotidiano no sentido da *polis*, do encontro na vida urbana, na aproximação ao senso do público. Há uma dimensão sabidamente urbana no exercício da política, que a aproxima da ideia de urbanidade como uma imersão em alteridades efetivada na produção da troca linguística:⁴ a comunicação. Au-

2. Hanna Arendt em Novaes (2007, p. 17).

3. Novaes (2007, p. 22-33).

4. Veja Netto (2012; no prelo).

gusto Novaes nos lembra da política como exercício da palavra – uma visão da democracia como o “regime da fala ou dos efeitos da fala”, o que Kant definiu, em 1784, como “um modo comum de deliberação que indivíduos podem utilizar em temas públicos”.⁵ Dewey definirá o público como um meio discursivo para a solução cooperada dos problemas comuns, sob condições democráticas.⁶ A definição do “público” como comunicativo encontrou sua sistematização em 1962, no trabalho de Habermas sobre a esfera pública como uma instância na qual a autoridade do Estado seria monitorada publicamente através do discurso crítico: “um espaço discursivo no qual indivíduos e grupos se agregam para discutir temas de interesse mútuo”, no qual a opinião pública é formada.⁷

Uma primeira aproximação na busca da condição urbana da esfera pública pode ser encontrada nas modalidades de esfera pública de Habermas, de acordo com “a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance”⁸ – duas delas com forte potencial de ligação ao espaço como condição material:

(a) *episódica*, constituída pelos encontros espontâneos em lugares como bares e a rua, como situações da política do cotidiano. Nem toda comunicação nesses lugares envolve temas políticos – mas são atos políticos na medida em que envolvem um potencial de comunicação autorreflexivo, isto é, em que atores podem também problematizar a própria sociedade e sua organização, estrutura, instituições, fissuras, contradições etc. Sem a densidade de comunicação espontânea nesses lugares, perde-se um campo-chave de possibilidades de compartilhar opiniões, exercitar visões de mundo e de organização social, colidir opiniões, elaborar sínteses, exercitar consensos momentâneos e organizar grupos e eventos políticos. Lembremos a cultura dos bares e botecos como cenários da vida social: eles materializam a esfera pública, manifesta na própria rua. Entre os infinitos comentários sobre o cotidiano de cada um, pode-se chegar a assuntos políticos de quando em quando;

(b) *presença organizada* em encontros públicos em eventos planejados como festas públicas, reuniões de partidos ou congressos de igrejas, o teatro, concertos de rock etc. A recente e extraordinária onda global de manifestações é exemplo dessa modalidade, quando o espaço urbano ampara a possibilidade de expressão – formas mais evidentes de cooperação e coordenação da ação no momento do agrupamento público, visível a outros atores e campos sociais;

(c) *abstrata*, que rompe com a extensão do espaço urbano ao ser produzida pelas redes institucionalizadas da transmissão *top-down* da informação, na forma da mídia e envolvendo emissores e receptores, em redes digitais e telemáticas da comunicação entre pares como interlocutores potencialmente simétricos,

5. Kant em Habermas (1984b).

6. Novaes (2007, p. 22, 33, 26) e Dewey (1927), respectivamente.

7. Hauser (1998); Asen (1999); Fraser (1990, p. 57). Veja Perlatto (2012).

8. Habermas (1997, p. 107).

no papel de transmissores mútuos de informação e entendimentos do mundo. Mesmo a forma de materialidade elusiva dessas comunicações é produzida e ancorada na cidade.⁹

As modalidades de esfera pública episódica e a presença organizada parecem constituir a própria razão histórica da cidade. Elas seguem presentes – ao menos potencialmente – nos espaços das cidades brasileiras. Minha hipótese é de que a projeção da esfera pública na forma da abertura do encontro, que já teve resistências no filtro das espacialidades e das regulações do urbanismo e planejamento modernos, na forma de tentativas de ordenamentos e zoneamentos urbanos, segue sofrendo efeitos da racionalização do espaço, na sua produção e legislação, e sobre a própria copresença – reduzida em áreas de configuração rarefeita e controlada na cidade atual. A exploração dessa hipótese demandará, contudo, uma breve incursão no impacto da racionalização como vetor da modernidade sobre a esfera pública. Vejamos, no entanto, como o potencial da esfera pública começa a ser fraturado por lógicas no cerne dos processos correntes de racionalização urbana.

A modernidade quebrada por uma lógica do próprio processo de modernização

Observadores reconheceram, já no século XIX, sinais claros de um processo de transformação e modernização societal, a emergência da modernidade como marcada pela “racionalização”. Diferentemente de Marx, o diagnóstico de Weber é pessimista. Ele entende a racionalização como uma crescente diferenciação da ação social, a oposição entre *racionalidades substantivas* tradicionais e uma nova *racionalidade formal* orientada para a organização da ação, dos saberes e das técnicas – e o surgimento de um tipo de ação particular: a ação estratégica, orientada de acordo com seus fins, meios e resultados (*zweckrational*).¹⁰ Descreve um envolvimento metódico crescente, derivado da racionalização na administração burocrática, na contabilidade empresarial, na prática científica e seu domínio de processos empíricos. Viu seus ecos no Estado moderno e na economia como sistemas centrais de ação em termos societais, e no desenvolvimento de uma “condução metodológica da vida” no que se refere à personalidade.

Temos a progressiva diluição de uma condução da vida amparada por valores e tradições por uma racionalidade livre de contrapontos éticos outrora endó-

9. “Quanto mais a cidade cresce, mais abstrata se torna a comunicação dentro dela. Esse abstracionismo é próprio da cidade. Poderíamos até supor uma relação entre os estágios de desenvolvimento da cidade, da democracia e da comunicação social, quando então hoje estaríamos (genericamente) na idade da grande cidade, da democracia plena e da comunicação abstrata – que não exclui as concretas, mas não prescinde da abstrata.” Romulo Krafka (em comunicação pessoal). Sobre a superação da aparente dicotomia espaço versus novas redes transpaciais de comunicação, veja “Entre espaços urbanos e digitais, ou o desdobramento da prática” (Netto, 2011). Veja ainda Perlatto (2012).

10. Uma distinção que vai equivaler a ideias de razão e racionalidade instrumental e não instrumental em Adorno, influentes adiante sobre Habermas.

genos ao processo de orientação da ação. Na visão de Weber, ações tornam-se progressivamente justificáveis por seus próprios critérios, livres do reconhecimento das suas implicações em outros campos da prática. Durkheim chamou esse processo de “anomia”.¹¹ Segue-se o desacoplamento funcional entre sistema econômico e político, e a isenção progressiva da avaliação de decisões econômicas e produtivas sob o ponto de vista ético.¹²

Sabemos, entretanto, que o que Habermas chama de “projeto inacabado da modernidade” não tinha esse objetivo: ele partia da razão em direção a sua realização plena nas ideias de igualdade, liberdade e realização do potencial do sujeito. A quebra desse projeto em uma modernidade dilacerada significa o caminho da racionalização das práticas e sua quebra em esferas autônomas, movidas por suas próprias lógicas estratégicas, impondo danos a outras esferas. Uma expressão da capacidade de atuar de modo especializado termina fraturando o mundo social e, em última análise, traindo os princípios originais do próprio projeto da modernidade, como imaginado no século XVIII por Kant e outros. Em seu curso, a esfera da política racional, livre da economia e do Estado, teria sido enfraquecida pelas mesmas formas que ela inicialmente despertou. A modernidade sucumbiu a um descarrilhamento (*Entgleisung*), apresentando patologias como anomia, ceticismo, privatismo e narcisismo, em oposição a valores como a responsabilidade.¹³

Como esse processo de racionalização da prática humana envolve o espaço? Veremos agora como o próprio espaço urbano oferece mais do que um exemplo da contradição profunda entre o potencial da racionalidade e as consequências negativas da racionalização: como denunciou Lefebvre, o espaço foi um modo fundamental de expandi-la no mundo social.

Modernização e racionalização no espaço urbano

Os grandes teóricos do final do século XIX envolveram-se profundamente no diagnóstico de um mesmo processo que então emergia claramente: a modernidade. Georg Simmel não foi exceção, mas foi único em um sentido: relacionou explicitamente a modernidade com a vida da metrópole. Para Simmel, a “vida

11. Veja o uso do conceito de Durkheim aplicado a um problema de política urbana em Trigueiro (2012).

12. A anomia é ainda acompanhada pela mencionada separação das ciências sociais em economia, sociologia e ciência política. Essa separação analítica das ciências da prática humana termina amparando intelectualmente o notável descolamento progressivo da economia das demais esferas da ação. A ação econômica passa a ser pautada por seus próprios critérios baseados em princípios de maximização de benefícios, entre outros – critérios livres de implicações éticas quanto as suas repercussões no mundo social e em seu ambiente.

13. Essa é a tese central de Adorno e Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento* (1985). Habermas, expoente da quarta geração de teóricos envolvidos com a temática, finalmente retoma um projeto de emancipação que não víamos desde Marx – um “filho do pensamento do Esclarecimento”, como nos lembra Harvey (1992, p. 14). A autonomia crescente da economia e anomia caminham de mão juntas. Veja a reação do economista Paul Krugman sobre a imoralidade de decisões em Wall Street. Disponível em: <<http://nyti.ms/MxiYGA>>.

mental na metrópole” envolve o disciplinamento do nosso senso de espaço e tempo, a libertação do sujeito ao custo do tratamento mútuo em termos objetivos e instrumentais, sob a influência da racionalidade econômica, do cálculo das trocas e da coordenação na divisão do trabalho e de uma atitude intelectual e *blasé* derivada dos complexos estímulos da vida moderna.¹⁴

Entretanto, o entendimento de Simmel ainda não é capaz de expor todo o alcance da modernização na moldagem do espaço, bem como o papel do espaço e da urbanização na construção da modernidade. Henri Lefebvre é o teórico que, meio século mais tarde, fará tal denúncia. Como Weber, Lefebvre faz uso de uma teoria da racionalização societal – mas de modo a incluir o espaço como fundamental na sua instalação na vida cotidiana – uma “tendência dominante em direção à fragmentação, separação e desintegração”. Um espaço *abstrato* que tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças existentes, nascido das reduções do modo de racionalização – ainda que a redução seja uma “operação legítima”.¹⁵ Lefebvre dá como exemplo do confinamento em sistemas dentro de sistemas (cada um dos quais “anseia pelo status de força autônoma”) as práticas do urbanismo e da arquitetura, campos de especialistas que operam através de esquemas reducionistas.¹⁶ Certamente, seria possível reconstruir a história do planejamento urbano como uma história da racionalização.

Quais as implicações dessa escala de racionalização do espaço? Veremos abaixo exemplos formais de transformação da cidade de acordo com um punhado de princípios da lógica instrumental, desconectados de outras implicações e consequências sobre as outras esferas da prática.

As consequências urbanas da racionalização na contemporaneidade

Costumamos pensar que a tendência à racionalização por meio do espaço atingiu seu ponto alto na forma do urbanismo mecanicista moderno – como as setorizações e a ideia de ordem aparente na geometrização euclidiana – denunciado por Jacobs e Lefebvre. A forma de ordenação mais aparente foi enfraquecida parcialmente pela crítica urbana dos anos 1960, mas formas mais sutis de racionalização parecem seguir se manifestando fortemente na cidade brasileira, na forma de táticas de gerência e escalas espaciais mais penetrantes e, assim, argumentarei, com severas implicações sobre o potencial social e político do espaço público:

a) o alheamento em relação à *res publica*;

14. Veja Simmel (1950) e Harvey (1992).

15. Veja Lefebvre (1991, p. 9 e 106, respectivamente).

16. Lefebvre (1991, p. 9, 52, 106, 287, 414).

- b) a autonomia do privado em relação ao público;
- c) a cisão entre teoria, técnica e prática de decisão sobre a cidade;
- d) o alheamento das práticas de produção em relação à apropriação do espaço;
- e) os danos às cidades provenientes da racionalização de configurações arquitetônicas que terminam por diluir o uso público do espaço.

Certamente, cada um desses tópicos mereceria um trabalho específico – mas visitemos rapidamente alguns de seus aspectos e impactos sobre a esfera pública.

(a) Alienação em relação à *res publica*

Um sinal da anomia das esferas técnica, legal e econômica e da invisibilização de suas ações de produção no espaço urbano – além do afastamento entre público e decisões urbanas – é o enfraquecimento do senso de “público” do espaço urbano como cenário de apropriação. Temos a transformação de valores sobre arquitetura e cidade afetados por uma demonização de um tipo de espaço franco ao público. Em outro aparente paradoxo, em sociedades que avançam em seus modelos de democracia, assim como aumentam em escala e complexidade, a definição de campos de decisão, em esferas e instituições específicas, traz a invisibilização de processos sociais e políticos, e afasta as decisões sobre a cidade da instância do cotidiano. Temos a despolitização desses processos.

Exemplos desse afastamento são frequentes. Observamos em nossas cidades a sujeição das decisões sobre a produção urbana a relações entre a esfera técnica e especializada e a esfera institucional política. As agendas de atores em posição de decisão são, não raramente, amarradas às dos atores de produção do espaço. Interpretações da cidade e de modos de construir impõem-se a partir, ora da legitimação legal, ora da centralidade desses atores especializados.

Inevitavelmente, essas interpretações são atravessadas por motivações particulares. Há uma ênfase em modos privados de vida e uma produção arquitetônica focada em nichos específicos de público via táticas da publicidade. Essas táticas incluem, segundo Bauman¹⁷, a reprodução do medo como política urbana; alimentam-se de preconceitos contra alteridades estereotipadas como fontes de risco ou violência; e podem intensificar o senso de renúncia ao público. A construção de estilos de vida amparados por esses valores pode assim repercutir na atuação do sujeito, sua forma de sociabilidade e suas visões do social. Uma assimilação impressa no espaço e em formas de vida urbana. A expansão da lógica instrumental transforma a cidade de acordo com um punhado de princípios alheios a suas consequências sobre o social.

Uma segunda dimensão de racionalização, apontada por Lefebvre, entre outros, pode ser localizada na temporalidade das nossas práticas. A rotinização do cotidiano decorre da programação de tempos para ações de distintas naturezas,

17. Veja Bauman (2009).

mesmo fora do trabalho. Essa programação tomaria a forma de uma experiência mais funcional do espaço – a vida social em um espaço público meramente funcionalizado.

Esses fatores coincidem, no contexto brasileiro, com a invisibilização parcial das decisões sobre a produção do espaço urbano, associada a um entendimento do Estado como estrutura organizacional opaca e distante, que estende ao cidadão uma visão vaga da própria *res publica*. Todos esses processos aparecem conjuntamente no alheamento da esfera pública em relação ao próprio “senso de público”, aparente sobretudo na falta de atenção ao espaço urbano como forma e campo de apropriação, como campo de poderes e interesses e teatro das disputas sociais. Estão aparentes, também, nas próprias formas de apropriação como expressão de formas de sociabilidade, que parecem se deslocar para fora do espaço público na maior parte das grandes cidades brasileiras. Esse deslocamento, por sua vez, pode minar a dimensão política das interações cotidianas e o potencial de cooperação e auto-organização em torno de causas comuns.

(b) Autonomia do privado em relação ao público

Hannah Arendt define a ausência do interesse próprio como condição para o exercício da política na *polis* – “uma oposição entre a conduta governada pelo interesse e a vida pública”.¹⁸ Estamos bem longe dessa condição. “A primeira forma do esquecimento [da política] é a privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado”.¹⁹

As restrições da autonomia coletiva provocariam um sentimento de inviabilidade da busca de soluções para os problemas na esfera do social, o que levaria a uma indiferença política ou mesmo uma

*“hostilidade em relação à política como o lugar das instâncias institucionais que deveriam articular os aspectos individuais e sociais da existência [...] de modo que o recolhimento do indivíduo à esfera do privado apareceria então como a única forma de garantir a sua autonomia”*²⁰.

Teríamos uma rejeição ética da política: “a profunda contradição em que estamos enredados”²¹. A separação entre ética e política configuraria um afastamento entre indivíduo e sociedade, uma fragmentação que implicará na impossibilidade de o indivíduo reconhecer-se em sua identidade social e, assim, atuar como sujeito político.

O espaço será constitutivo desse processo. A interação de caráter político já não encontra, no plano urbano, as possibilidades plenas de realização. O espaço urbano torna-se o lugar de manifestação predominante do interesse privado.

18. Leopoldo e Silva (2007, p. 132).

19. Novaes (2007, p. 15).

20. Leopoldo e Silva (2007, p. 134).

21. Idem.

Nesse espaço, a interação de caráter político pode não encontrar as possibilidades de realização. Ainda que vivamos em uma sociedade na qual a resolução dos problemas não cabe mais na *polis*²², a vida política depende do reconhecimento cotidiano das opiniões e da exposição a atores em sua diversidade, fatores que emergirão mais fortemente em condições de densidade do encontro e comunicação proporcionados pela cidade. Uma visão distante do público deposita o peso da intervenção, no espaço urbano, na esfera econômica privada e suas decisões autônomas, livres de associações a implicações em outras esferas. A legitimação dos interesses autorreferentes dos atores, tanto na produção quanto no consumo desse espaço, afirma o “privado” como maior atributo, valor e qualidade para o espaço. Nesse cenário, temos como consequência a naturalização da dominância do privado.

(c) A cisão entre teoria, técnica e prática nas decisões sobre a cidade

A diluição da esfera pública em sua projeção urbana parece coincidente com a invisibilização da decisão política sobre a produção e apropriação do espaço atrás de uma esfera técnica e sua organização institucional. Mas a distinção dessas esferas também traz possibilidades de conflito entre as decisões de caráter técnico e as agências de produção do próprio espaço. Um Estado fortemente atrelado à esfera pública alimentará a independência da esfera técnica que ampara em sua própria estrutura institucional, em suas decisões sobre a cidade face aos interesses autocentrados dos atores produtores de espaço. Uma esfera técnica enfraquecida politicamente ou tecnicamente enfrentará redução da sua capacidade de proposição de políticas urbanas.

Esse jogo de tensões entre as diferentes esferas constitui parte significativa do exercício cotidiano do planejamento e dos movimentos de transformação urbana. No contexto brasileiro, parece haver dois tipos de enfraquecimento na posição de atores nesse jogo: um enfraquecimento do técnico, decorrente da preponderância de critérios particulares de grupos políticos; e um enfraquecimento do teórico, decorrente do entendimento do planejamento como campo prático, livre das abstrações da teoria em relação às dificuldades da gerência da cidade, incorrendo em uma frequente desqualificação do saber científico. Temos assim um afastamento entre prática de planejamento e teoria como conhecimento sistemático e empiricamente consistente; entre instituições de gestão e a academia como subsistema especializado na produção desses conhecimentos – decorrente ora da crítica da pouca aplicabilidade de saberes, ora da crítica da falta de atenção às complexidades do urbano.

O afastamento entre esferas técnica e acadêmica enfraquece a ambas; retira das práticas de pesquisa um senso de utilidade e urgência e o aspecto da demanda por teorias capazes de responder a problemas empíricos urbanos. Reproduz um senso de isolamento da teoria aos problemas da prática, como se a

²² Em discussão com Romulo Krafta.

aplicabilidade fosse um esforço menor, sobretudo diante de mudanças estruturais. Por outro lado, uma esfera técnica descolada dos desenvolvimentos em pesquisa tende a se enfraquecer progressivamente diante dos problemas que a cidade em transformação coloca. Quando a esfera técnica despreza a teoria, esvai-se a possibilidade de que evidências empíricas encontradas em pesquisa possam dar suporte às decisões sobre a produção do espaço. A desqualificação da teoria, assim, induz a uma desqualificação da própria técnica, que perde amparo na definição de agendas urbanas e na disputa com interesses de grupos políticos. No vácuo desse afastamento mútuo, tem se instalado e prevalecido a objetividade da lógica dos produtores privados.

(d) O alheamento das ações de produção em relação à plena apropriação do espaço

Um dos graves problemas decorrentes dessa cisão é a ausência de conhecimentos sistemáticos sobre os padrões de urbanização em produção e suas consequências sobre as dinâmicas cotidianas da cidade. A ausência de debate, tanto público quanto técnico, sobre forma urbana e arquitetônica e suas implicações de desempenho para além da questão energética do edifício não fica, entretanto, sem consequências. Nesse vácuo, a forma é decidida quase exclusivamente seguindo as planilhas de maximização dos atores produtores de espaço, com seus critérios específicos. Áreas da cidade tornam-se a projeção de uma lógica autocentrada, pautada por princípios autorreferentes. Uma das consequências é o afastamento da produção privada da preocupação com a apropriação pública dos espaços urbanos. Temos a conquista da cidade por uma lógica homogeneizante que se distancia das socialidades diversas que estão sempre em busca de expressão no espaço urbano.

A projeção exclusiva dos códigos da esfera privada sobre o espaço urbano tende, assim, a diluir a própria urbanidade: a possibilidade de um mundo social projetado em sua complexidade na forma de cidades como expressão da esfera pública.²³

(e) Os danos provenientes da racionalização das configurações urbanas e arquitetônicas

Chegamos, finalmente, aos componentes materiais que concretizarão essas forças de racionalização. Gostaria de denunciar, nesse estágio do meu argumento, os meios pelos quais o espaço urbano está participando, silenciosamente, mas intensamente, da diluição da esfera pública. O termo “denúncia” faz sentido porque esses meios e padrões urbanos não são expressão de uma

23. Esse raciocínio não implica que o “mercado é o vilão que corrompe o Estado”. Aponta antes que a associação entre atores de produção via mercado e aqueles que gerenciam o espaço urbano pode facilmente ser comprometida. O vício é de origem: um modelo de democracia representativa que permite o alinhamento entre interesses privados e a atuação institucional de atores políticos, instalado no momento do financiamento de campanhas, pode facilmente afastar essa atuação institucional dos interesses públicos dos representados. Temos evidências frequentes disso nos escândalos envolvendo governos em diferentes escalas.

“sociedade” como entidade total, mas de um nicho social específico, amparado tecnicamente e orientado estrategicamente para a oferta de espaços tipificados, baseado em valores como a segregação e o alheamento ao público – e que não respondem, assim, aos valores da diversidade urbana e social.

Aponto que há claramente um novo modelo de produção arquitetônica e urbana, que tem expressado uma nova forma de racionalização do espaço urbano, muito mais penetrante que os zoneamentos rígidos do urbanismo modernista – um tipo de racionalização que vem moldando a cidade, sobretudo desde os anos 1990, na forma de (1) *interfaces* crescentemente controladas entre espaço construído e aberto, público e privado, na definição de tipos arquitetônicos e estruturas segregadas – de áreas inteiras a formas de segregação atomizadas ao nível do lote urbano; (2) *atividades exclusivas* para certos públicos, permitidas e mesmo fixadas por regramentos urbanos e arquitetônicos. Esses itens se materializam em modelos arquitetônicos caracterizados por barreiras e afastamentos com outras edificações e o espaço público, como modos de controle de acesso. Implicam, assim, na redução da continuidade de fachadas e compacidade de quarteirões. Possuem vantagens de habitabilidade²⁴ fixadas em planos diretores de herança modernista, precarizada e sem infraestruturas, epitomada pela Carta de Atenas e o Plano Voisin.

O problema não está na divisão entre o público e o privado na forma de demarcações que caracterizam cidades já na *polis grega*²⁵, mas do afastamento entre arquitetura como espaço privado do cenário da vida pública por excelência que é a rua. Tampouco se trata de um retorno à vida pública urbana do passado, mas de cuidar da possibilidade da copresença constante e cotidiana que é a essência da vida na cidade. Richard Sennett nos lembra que o próprio Aristóteles definia a cidade como *synoikismos*, uma convergência de pessoas de diversas origens familiares: “uma cidade é composta de diferentes tipos de homens; pessoas semelhantes não podem dar existência a uma cidade”²⁶.

Quero colocar a tese, para a qual oferecemos suporte empírico em outro trabalho²⁷, de que esse *padrão arquitetônico e urbano tem sido responsável pela redução da apropriação do espaço público* em áreas e cidades onde se instalam com presença crescente. Produz o que podemos chamar, fazendo uso do belo termo de Lefebvre, de “apropriação negativa do espaço”.

Vejamos como é o modelo de edificação responsável pela apropriação negativa. O modelo arquitetônico isolado apresenta, frequentemente, afastamentos late-

24. Entretanto, reproduzem preconceitos antiurbanos que associavam as densidades espaciais a epidemias na cidade europeia do século XIX, industrializada e precarizada, sem infraestruturas, e influenciaram as cidades ideais imaginadas no período, como a cidade-jardim, até a cidade modernista. Esses modelos mostram-se, contudo, inadequados, mesmo quanto a outros itens de habitabilidade: em situação urbana usual, em lotes, vão oferecer a maior parte de suas aberturas para a face lateral, a poucos metros das empenas dos edifícios vizinhos, retirando privacidade, insolação e iluminação.

25. Veja Arendt (1987).

26. Aristóteles em Sennett (2012, p. 14).

27. Veja “(Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica” – Netto, Vargas e Saboya (2012).

rais de outras edificações, que demandarão áreas maiores de lotes, e imporão distâncias maiores aos pedestres ao nível dos térreos e da rua. Esse modelo ainda vem usualmente acompanhado de muros e da redução da densidade de aberturas (janelas e portas), todos fatores que constroem a interface com a rua. Afastamentos laterais e frontais, muros e grades, redução de aberturas coincidem com a queda da presença de pedestres, comércios e serviços em térreos e com a diversidade funcional urbana, fatores que definem as formas e intensidades da apropriação social do espaço. Esse padrão não se restringe aos condomínios fechados nas cidades: ele se reproduz no próprio lote urbano comum, configurando formas de segregação atomizadas. Essas observações empíricas apontam para a inadequação dos modelos fixados no mercado. Não se tratam de impressões “subjetivas”, termo com o qual frequentemente se tenta desqualificar tais observações.

A projeção da esfera pública no espaço urbano em uma ‘modernidade dilacerada’

Quais as implicações funcionais que esse padrão arquitetônico gera? De fato, térreos com comércios e serviços passam a ser lamentavelmente associados à possibilidade de acesso de “qualquer indivíduo”, e os riscos que essa alteridade não programada traz consigo – como evidência de uma diferença indesejável – como risco de violência, sinal de pobreza e dissonância com o status que a edificação e seus públicos específicos buscam afirmar. O que essas visões da arquitetura e da cidade frequentemente carecem é de um entendimento das relações que edifícios e suas atividades guardam entre si, com o espaço urbano e o funcionamento da cidade – um entendimento sistêmico. A eliminação das atividades públicas de térreo, uma vez generalizada, implica um desligamento completo das atividades específicas dessas edificações em relação ao fluxo de apropriação dos públicos diversos na rua.

Uma característica dessa forma de microrracionalização do espaço é a *independência do funcionamento das edificações em relação aos seus entornos*, se seus usuários não utilizarem a rua como espaço de movimentação pedestre, vindos de longas distâncias por veículo privado. Portanto, apesar de não constituírem zonas específicas, essa configuração edilícia pode produzir fluxos retirados – analiticamente, funcionalmente – dos fluxos gerais urbanos. Essa relativa independência do espaço público pode, ainda, levar a formas sutis de segregação, fixadas na forma de espaços atendidos, sobretudo, por seu público-alvo.

A produção dessas edificações em áreas em renovação ou expansão urbana vai especializando-as não como zonas demarcadas por planos mecanicistas, mas como simples acúmulo de edificações de um certo padrão. Aqui está a tremenda eficácia dessa transformação: ela não depende de prefixações normativas,

mas ocorre na forma de similaridades entre decisões individuais, com efeitos sobre a apropriação social de seus espaços e a diversidade de atividades só reconhecíveis quando tais tipos tornam-se dominantes em um contexto.

O papel da produção do espaço recai sobre atores especializados para tanto, mas – no nosso contexto – incapazes de conectar o ato de construir a outros aspectos que não a lógica da maximização de interesses individuais e a satisfação de atores e estilos de vida tipificados a partir da avaliação do marketing.

A alternativa a essa crítica seria ignorar a redução que é essa lógica como o vetor único de transformação urbana. E ignorar uma circularidade: uma lógica circunscrita a um grupo ou campo social termina por impactar sistemicamente a possibilidade de apropriação de outros grupos, ao ser projetada sobre o espaço urbano na forma de um modelo de urbanização. Esse modelo é uma supersimplificação e uma deformação típicas dos desvios de uma racionalização desconectada de seus contextos mais amplos. Portanto, há redução e imposição de um modelo de espaço – e mesmo de uma forma de vida – sobre todas as demais formas de vida, sobre a vitalidade de áreas inteiras da cidade, e sobre o próprio desempenho urbano, que afetará a todos. Temos um arquétipo desse modo de produzir o espaço urbano na área de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

O caso da “nova fronteira urbana” do Rio de Janeiro

A expansão da Zona Sul a oeste, na Baixada de Jacarepaguá, a partir dos anos 1960, em vastas áreas de poucas propriedades, foi pré-definida em larga parte pelo Plano Piloto de Lucio Costa (1969). O Plano definia, inicialmente, critérios para a urbanização: ordenar o uso do solo e a forma urbana, limitando gabaritos entre oito e dez andares; núcleos autônomos intercalando residências multifamiliares e unifamiliares, com grande afastamento entre si; desenvolver a região para todas as camadas da população; cuidados com o ecossistema da região; e a geração de um novo centro de negócios na área conhecida como Barra da Tijuca, como alternativa ao centro histórico. O Plano teria gerado conflitos entre atores de produção, decisivos para a sua realização apenas parcial; alterações realizadas para promover ajustes aos interesses imobiliários, como em gabaritos e usos previstos; e o parcelamento do solo.²⁸ A paisagem da área é modificada com a exploração da verticalização, com edificações multifamiliares de 25 a 30 pavimentos, sobretudo em sua primeira área de expansão, na Barra.

Desvios à parte, a racionalização espacial da área segue, em linhas gerais, os genótipos funcionais e tipológicos modernistas – com adição de alguma diversidade. A Barra foi, desde o início de sua urbanização, conscientemente associada

28. Rezende e Leitão (2003).



FIGURA 1

“Esse é o nosso muro da vergonha” – a charge usada em propaganda para demonizar a morfologia de Copacabana na fixação de uma nova tipologia arquitetônica associada a “um novo estilo de vida” urbano. O marketing urbano ativo já nos anos 1970 e 1980.

Fonte: Jornal do Brasil

a um “novo estilo de vida contemporâneo” via *marketing* urbano [figura 1] – e é certamente entendida assim por seu público consumidor. Os núcleos são protegidos pela distância e autonomia aparente oferecidas por centros fechados de compra. Ao mesmo tempo em que se teriam as funções da cidade distantes e acessadas por vias expressas, o habitante-consumidor estaria atendido dentro dos núcleos. A aceitação do modelo é confirmada pelas taxas de crescimento: 2.580 habitantes (1960), 5.779 (1970), 40.726 (1980), 98.229 (1991), 174.353 (2000), 300.823 habitantes (2010). A taxa de crescimento apenas entre 2000 e 2010 é de impressionantes 72,54%.

A expansão segue mais a oeste das áreas ambientalmente frágeis da Baixada29, formalizadas a partir do “Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá” [figura 2] – a Lei Complementar nº 104 de 27/11/2009.

FIGURA 2

A novíssima fronteira: a área do PEU das Vargens, em amarelo.

Fonte: Montezuma e Oliveira (2010)/NIMA-PUC



A legislação dessas áreas segue correspondendo aos modelos de urbanização do mercado imobiliário ao ponto de prescrever regramentos que hoje impedem

29. Montezuma e Oliveira (2010).

configurações tradicionais urbanas como a tipologia contínua.³⁰ Todos esses itens fixam o tipo particular das “torres” ou edifícios isolados e, de modo irresponsável, impedem outras tipologias, reproduzindo o modelo Barra e induzindo uma ocupação esparsa.

Áreas urbanas como essa têm sido campos de atuação de atores que, mais do que nunca, moldam o espaço como reprodução de estilos de vida, via pesquisas de mercado e de modelos que asseguram a minimização de custos com maximização de lucros na venda.

- (i) A reprodução da planta com a verticalização e multiplicação de andares maximiza o uso da mão de obra, maquinário e tecnologia instalada e em atividade no sítio da obra, reduzindo o tempo de construção. Esses fatores reduzem custos da construção relativos a cada andar: ou seja, a cada andar que se adiciona, seu custo relativo diminui, ao passo em que os valores de venda do imóvel aumentam em decorrência do fator “vista”. Isso explica a preferência dos atores de produção imobiliária pela fórmula do tipo isolado. Essa é uma das razões para nossas cidades estarem com seu tecido progressivamente substituído por esse tipo – uma fórmula fixada desde os anos 1990.
- (ii) A replicação do edifício-modelo reduz custos de projetos arquitetônicos específicos para lugares específicos. Desse fator decorre a preferência por grandes lotes capazes de oferecer espaço suficiente para esses tipos e seus afastamentos.
- (iii) A associação desses fatores na geração de “pacotes” atraentes ao estilo de vida baseado em ideias de status e proteção, reproduzidos junto a seu público-alvo.³¹
- (iv) Parcelamentos do solo devem ser adequados a essa tipologia, com lotes largos, implicando que as novas áreas não mais terão as morfologias contínuas da cidade tradicional, salvo futuro reparo urbano.

Mais gravemente, novos Planos Diretores, Brasil afora, têm sido moldados de forma a excluir o tipo contínuo, menos vertical e mais contexto-específico – um *ataque à diversidade morfológica e funcional urbana, à apropriação do espaço público, pedestre e aberta, à urbanidade e ao bom desempenho urbano em geral*. A ironia da lógica da racionalização de interesses individuais é que ela não leva necessariamente ao melhor resultado geral. Consequências urbanas não intencionadas, como a queda de desempenho, podem ser produzidas. O resultado pode

30. Os regramentos urbanísticos previstos para a nova fronteira de expansão definem como *critérios de parcelamento* área mínima de lotes de 360m² (como no setor F) a 1000m² de grande porte (setor I), com testadas mínimas de 20m. Os *critérios para edificações* são generosos, com número de pavimentos máximo de 6 até 18 pavimentos; os afastamentos frontais são fixos no mínimo em 5m. Mais gravemente, o afastamento das divisas do lote é obrigatório por lei. Nas áreas do PEU, os índices que fragmentaram a forma das cidades brasileiras a partir de uma abstração definida para atender aspectos de habitabilidade, mas sem atenção a outros itens de desempenho – os índices de aproveitamento de terreno (IATs) – são baixos.

31. Veja Bauman (2009).

mostrar-se como a soma de microrracionalizações que parecem ter sentido individualmente, mas perdem esse sentido no conjunto de seus impactos. Efeitos negativos silenciosos podem permanecer encobertos por longo tempo – mas essa invisibilidade não elimina sua existência.³² Tipos de arquitetura fazem sentido a seus produtores e consumidores ao oferecer formas de minimizar custos e aumentar benefícios individuais, mas seu efeito sistêmico acumulado, tanto espacialmente quanto temporalmente, pode ser desastroso.

É exatamente esse dilema que enfrentamos em nossas cidades hoje. Sem enfrentar suficiente reação da esfera acadêmica em decorrência da escassez de estudos teóricos e empíricos, morfologias têm sido reproduzidas sem exame rigoroso de seus impactos urbanos. Os efeitos sociais da arquitetura seguem ignorados no ensino, nas decisões no mercado imobiliário e nas práticas de planejamento. É como se estivéssemos míopes para o evidente esvaziamento das ruas ou baixa apropriação do espaço em áreas onde predomina esse novo padrão. Essa situação terá implicações na esfera pública, como a diluição da densidade do encontro e da comunicação no espaço público.

Cidade, *res publica* – por uma ética social e urbana

Como reverter a situação de diluição da política do cotidiano? Movimentos de retomada do espaço como projeção da diversidade da esfera pública, como o Occupy Wall Street, a praça Tahrir no Cairo ou a praça Syntagma em Atenas, colocam-se como reações a esse processo de anomia. Tais movimentos parecem significar uma “renovação do espaço público como locus de exercício da política, através do encontro e da aglomeração de pequenas ou grandes multidões”³³.

A questão-chave está, contudo, nas situações *para além* dos protestos, na forma de ações cotidianas e de projeções mais constantes da esfera pública no espaço urbano. A ocupação constante do espaço público, sugerida por Mike Davis, não pode ser atingida em qualquer condição urbana. A constituição espacial da esfera pública como arena de relações discursivas na qual atores se agregam para discutir temas de interesse mútuo, onde a opinião pública e a participação política são atuadas através da fala,³⁴ estende-se certamente para além do espaço público aberto – e inclui o espaço construído como locus do corpo em ação

32. A decisão em usar o transporte veicular individual leva facilmente a padrões coletivos de congestionamento. A expulsão in natura de subprodutos poluentes de uma fábrica em um rio pode representar redução de custos para o produtor, mas seu prejuízo cumulativo afetará o conjunto, incluindo o produtor. O estímulo à produção de veículos impacta positivamente um setor estratégico da economia e pode reverberar em outros, mas adiante poderá afetar negativamente o conjunto da atividade econômica ao colaborar para a queda de mobilidade na cidade.

33. Name (2012, p. 201).

34. Uso noções de interesse mútuo em Hauser (1998) e participação política através da fala em Fraser (1990).

e interação. O uso político do espaço público encontrará viabilidade se houver *constância de apropriação*, e esta depende também do espaço construído e privado como ancoragem das práticas e atuações dos atores, atratores dos fluxos. Os entrelaces do público e do privado no espaço urbano não podem ser ignorados.

Além desses entrelaces, uma política do espaço deve considerar a racionalização do espaço urbano e da prática social. Proponho que as causas para a diluição das modalidades urbanas da esfera pública (os episódios de encontro espontâneo e a presença organizada) se mostram relacionadas a três vetores de racionalização:

- (a) vetores *cognitivos e éticos*, que operam sob forma de saberes, valores e orientações que liberam atores de vínculos a contextos sociais e urbanos mais amplos para focarem-se em suas lógicas autorreferentes;
- (b) vetores de ação resultantes dessas orientações, as quais operam sob forma de associações estratégicas internas em campos de atuação especializados, igualmente autorreferentes – como os campos dos produtores do espaço urbano –, estabelecendo relações de dependência estratégica com outros campos, como o sistema de regimento da urbanização e apropriação da cidade e o sistema de decisões políticas, em severa desconexão com a sociedade civil, reduzida à categoria de consumidores tipificados de espaço;
- (c) vetores da projeção material dessas ações na produção do próprio espaço urbano, notavelmente sob forma de modos de construir e de padrões arquitetônicos e urbanos. Esses vetores reproduzem, instalam, fixam e reforçam as tendências de divisão produzidas nas esferas privada e institucional, os quais parecem convergir entre si e para longe de instâncias substantivas dos valores, práticas e contextos sociais e urbanos da esfera pública.

Como evitar essa queda na “divisão sem fim” e nas lógicas da separação típicas da racionalização estratégica do espaço urbano, a serviço da funcionalidade exclusiva e do ideal da segregação? Não se trata de abandonar os ganhos e o potencial da racionalidade, mas de ressituar formas de racionalidade urbana sob o ponto de vista de valores mais amplos, e de orientá-la em agendas de debate para a formação das opiniões públicas. A reconquista da cidade tem a ver com o resgate em relação a uma “modernidade dilacerada” que não pode ocorrer apenas em uma esfera normativa institucional circunscrita, ou em atos eventuais de atores específicos, mesmo que coletivos. Ela demanda o fortalecimento da opinião pública e seu impacto sobre as deliberações das instituições democráticas de planejamento, incluindo os seguintes itens:

- O debate sobre a responsabilidade urbana – a partir do *ethos* da cidade como meio do convívio de diferentes campos e agências sociais – que se inicia no reconhecimento do papel do espaço privado na afirmação do público;

- O debate de descrições capazes de objetivar, e ações capazes de reverter, o uso estratégico dos sistemas legal e de planejamento na produção de espaços que renunciam a essa responsabilidade urbana. Falo da passagem de uma “ética da urbanidade” à ação política cotidiana informada, em diálogo com as esferas técnica e científica, e o acesso a instâncias de decisão, de outro modo invisibilizadas.
- A influência dos discursos públicos informais em torno de questões urbanas de interesses, formados em campos sociais autônomos sobre as práticas deliberativas das instituições de planejamento. Sem esse alcance, os discursos públicos não ganham poder político de fato.³⁵
- Esses itens são claramente pautados por uma ética de equilíbrio de pesos entre atores que a cidade – juntamente a outros meios de comunicação, como as redes transpaciais – pode oferecer como estrutura de situações comunicativas: da possibilidade de reconhecimento de lógicas espaciais que expressam certos nichos sociais e da possibilidade de transformação do espaço público e privado. A manifestação mais plena dos atores na esfera pública (o campo da vida social onde as opiniões públicas são formadas) demanda uma noção compatível de espaço público e o debate em torno da produção urbana. A proposição central deste texto refere-se à reversão das tendências de anomia e à reafirmação da cidade como campo da política do cotidiano por meio da retomada da ética social do convívio na essência da ideia da polis, capaz de colar as fraturas entre práticas alheias entre si e entre pedaços de subsistemas apenas funcionalmente dependentes. Uma ética capaz de pautar: (a) a geração de padrões técnicos em arquitetura, fazendo uso de conhecimentos mais atentos e precisos dos impactos de diferentes padrões urbanos, com comprometimento dos atores envolvidos na produção e planejamento do espaço urbano; (b) o papel da esfera normativa, de modo a chegar a regras urbanas e práticas institucionalizadas de planejamento que expressem essa orientação à diversidade de agências e demandas.

Desde a Política de Aristóteles, entendemos que o espaço urbano fomenta a diversidade social – sobretudo em espaços do comércio e da troca –, algo que a cidade funcionalizada do século XX e os espaços controlados da cidade brasileira do século XXI perdem progressivamente. Minha breve narrativa desse processo se coloca como uma entre outras – mas urge a crítica e a recusa desse modelo generalizado em nome de um debate apto a considerar visões distintas do urbano e da arquitetura. Um debate pautado, entretanto, por um senso de responsabilidade do privado com o público, capaz de alimentar uma política deliberativa institucional.

Tampouco é necessário desenhar um quadro apocalíptico da cidade: há áreas em cada cidade pulsando urbanidade. Centros urbanos seguem constituídos de

35. Sobre o conceito de política deliberativa, veja Habermas (1997).

espaços abertos densos como aqueles historicamente associados com o sentido e origem das cidades como expressão da interação social, da divisão do trabalho, da organização política e da vivência do coletivo em sua forma mais sofisticada e difícil: a democracia. Ao termos pessoas na rua, qualquer tipo de efervescência pode emergir. Poderemos, portanto, nos aproximar da ideia da polis, do exercício cotidiano do convívio e da troca com potencial político. Outras esferas, como os condicionantes legais e regras urbanas que orientam a produção do espaço urbano, são meios para essa reconquista.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1987.
- ASEN, R. Toward a Normative Conception of Difference in Public Deliberation. **Argumentation and Advocacy**, 25 (Winter), pp. 115–129, 1999.
- BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. São Paulo: Zahar, 2009.
- CHAUÍ, M. O que é política? In Novaes, A. (org) **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- COSTA, L. **Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1969.
- DAVIS, M. Chega de chiclete. In: Harvey et al. **Occupy: Movimentos de Protesto que Tomaram as Ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- DEWEY, J. **The Public and its Problems**. Oxford: Holt, 1927.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893].
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, 25 (26), pp. 56–80, 1990.
- FREIRE, R.; BRITTO, F. **Utopia e paixão: a política do cotidiano**. São Paulo: Rocco, 1984.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.
- _____. **The Theory of Communicative Action Vol.1**. Cambridge: Polity Press, 1984b.
- _____. **Direito e Democracia: Entre Faticidade e Validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **A Constelação Pós-nacional: Ensaio Político**. São Paulo: Litera Mundi, 2001.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1992.

_____. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua nêmis. In: Harvey et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. London: Verso, 2012b.

HAUSER, Gerard. Vernacular Dialogue and the Rhetoricity of Public Opinion. **Communication Monographs** 65 (2), pp. 83–107, jun. 1998.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].

LEITÃO, G. Barra da Tijuca: do mundo intocado primevo à cidade planejada para o século XXI. In CASTRIOTA, Leonardo (org.) **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: EditoraC/Arte, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, F. Política como moralidade: a banalização da ética. In Novas, A. (org) **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MONTEZUMA, R.; OLIVEIRA, R. (2010) Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. *Arquitextos* n. 116.

NAME, L. Da rede à rua: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público. In PEDRO, R., RHEINGANTZ, A. (orgs) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro: ProArq, 2012.

NETTO, V.M. **Cidade e Sociedade: as Tramas da Prática e seus Espaços**. Porto Alegre: Editora Sulina. (No prelo).

_____. A urbanidade como dever do urbano. In: Aguiar, D.; Netto, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

_____. SABOYA, R.T., VARGAS, J.C. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 2, 2012.

_____. Entre espaços urbanos e digitais, ou o desdobramento da prática. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 3, n.1, 2011

NOVAES, A. (Org.) **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. *Revista Estudos Políticos*, n. 4, 2012.

REZENDE, V.; LEITÃO, G. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas. In *Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil*. São Carlos, USP, 2003.

SENNETT, R. **Juntos: os Rituais, os Prazeres, e a Política da Cooperação**. São Paulo: Record, 2012.

SIMMEL, G. The metropolis and mental life. **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1950 [1911].

TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. In AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Org.) **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, no prelo.

WEBER, M. Religious rejections of the world and their directions. In H.H. Gerth; C.W. Mills (Org.) **From Max Weber**. New York, 1958.